



PROPOSTA TEMÁTICA



COMUNIDADES PORTUGUESAS - PILAR ESTRATÉGICO PARA O FUTURO DE PORTUGAL

1º SUBSCRITOR:

GONÇALO CARRIÇO

Proposta Temática: Comunidades Portuguesas- Pilar Estratégico para o Futuro de Portugal

Num momento em que Portugal se redefina num contexto global altamente competitivo, o papel das comunidades portuguesas no mundo emerge como um pilar estratégico para o fortalecimento económico, social e cultural do nosso país. Esta moção convoca para uma renovação estratégica das nossas políticas, de modo a integrar plenamente os nossos compatriotas no estrangeiro em todos os aspetos da vida nacional, reforçando seu papel como agentes de desenvolvimento cultural, social e económico. As medidas aqui apresentadas visam não apenas reconhecer a importância das comunidades portuguesas, mas transformá-las em aliados essenciais no desenvolvimento de Portugal.

1. Revisão da Lei Eleitoral, Representação Parlamentar e Aumento da Participação Política:

- **Reequilíbrio na Representação Parlamentar:** Atualmente, há uma gritante desigualdade na representação na Assembleia da República das comunidades portuguesas no estrangeiro. Em comparação com outros círculos eleitorais nacionais, onde distritos como Leiria ou Coimbra que conseguem eleger até dez deputados com 274 mil e 242 mil eleitores respetivamente, as comunidades apenas elegem quatro deputados quando 334 mil eleitores exerceram o seu direito de voto nas últimas legislativas. Deve-se promover um ajuste que equilibre estas desproporções para assegurar uma representação mais justa. Esta revisão é essencial, pois cada português residente no exterior é um embaixador cultural e económico, contribuindo significativamente para a projeção internacional de Portugal.
- **Implementação do Voto Eletrónico:** O voto eletrónico surge como um instrumento indispensável na promoção do envolvimento eleitoral das comunidades. Ao facilitar o acesso ao voto superando barreiras físicas e logísticas permitirão um envolvimento muito mais amplo e democrático. Será necessário garantir também que todos os portugueses no estrangeiro tenham acesso a métodos de participação mais simples e acessíveis e uniformes em todos os atos eleitorais. Estudos indicam que a adoção de sistemas de votação online poderia aumentar a participação em até 20%, incentivando a inclusão dos milhões de portugueses que vivem longe da nossa pátria. Esta medida é crucial para aumentar a participação eleitoral e garantir que a voz dos emigrantes seja ouvida.

2. Fortalecimento da Integração e Capacitação de Jovens Lusodescendentes:

- **Programas de Integração e Formação para Jovens:** Propomos instituir cotas específicas e suporte financeiro destinado à participação de jovens lusodescendentes em programas educacionais e formativos do PSD, como a universidade de verão. Visamos criar uma nova geração de líderes que mantenham laços próximos com Portugal. Estas iniciativas ajudarão a cimentar sua identidade cultural e potencializá-los como promotores de Portugal no exterior.

- Iniciativas da JSD para Envolvimento Direto: Anualmente, membros da Juventude Social Democrata devem visitar as comunidades portuguesas com o objetivo de inspirar e integrar jovens emigrantes em atividades políticas. Esta iniciativa visa incentivar a criação de secções ativas da JSD internacionais, fomentando uma rede mais robusta e interconectada de jovens portugueses comprometidos com as questões nacionais.

3. Modernização e Expansão dos Serviços Consulares:

- Reorganização da Rede Consular: Uma revisão abrangente da rede consular é necessária para responder às necessidades dos novos destinos de emigração e às realidades demográficas das comunidades portuguesas. Propõe-se o fortalecimento dos recursos e pessoal em consulados chave, especialmente em áreas onde vivem grandes concentrações de portugueses, a fim de garantir a proteção e serviços básicos acessíveis a todos, especialmente nas crises.
- Digitalização dos Serviços Administrativos: A criação de plataformas digitais e em consulados poderão melhorar drasticamente a eficiência administrativa, facilitando processos como renovação de passaportes e atualização de registros através de meios eletrónicos, cortando tempos de espera.
- Simplificação dos Procedimentos Administrativos: Promover a simplificação dos serviços públicos prestados aos cidadãos nos vários canais (online, presencial e telefónica), incluindo a criação de um serviço de apoio a migrantes e a possibilidade de alterar a morada do Cartão do Cidadão online, despoletando a actualização de todos os demais serviços do estado associados a residência. Estas medidas são essenciais para garantir que os portugueses no estrangeiro tenham acesso a serviços eficazes e eficientes. Deve também ser uma prioridade avançar com uma campanha de informação sobre a Chave Móvel Digital adaptada à realidade das Comunidades Portuguesas com conteúdos específicos em várias línguas.

4. Incentivos Económicos e Fiscais para a Diáspora:

- Promoção do Investimento de Emigrantes: As comunidades portuguesas representam uma força económica adormecida. Um pacote fiscal atrativo deve ser criado para facilitar e incentivar o investimento direto em Portugal, especialmente em regiões do interior menos desenvolvidas. Propostas incluem isenções tributárias e benefícios fiscais para empresas de emigrantes e abertura de novos mercados através da colaboração transnacionais. Tais medidas têm um grande potencial no aumento do investimento da diáspora em Portugal.
- Aperfeiçoamento do Programa Regressar: A modificação do programa para assegurar benefícios fiscais relacionados à habitação e educação dos filhos de portugueses regressados contribui para ajustar a cidadania e direitos dos emigrantes que regressam ao país, fomentando a reintegração mantendo o talento dentro de Portugal. Propostas incluem reduzir o IMT e facilitar o acesso à saúde e educação.
- Criação de um Enquadramento Fiscal Favorável: Propor a criação de um enquadramento fiscal mais favorável ao investimento das empresas de portugueses no estrangeiro nas

regiões do interior do nosso país. Esta medida visa atrair investimentos para áreas menos desenvolvidas, promovendo o desenvolvimento económico e a criação de emprego.

5. Promover a Cultura e a Língua Portuguesa no Estrangeiro:

- **Expansão do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE):** Fortalecer e expandir o ensino de português através de uma rede de professores qualificados que atendam à procura crescente, especialmente em países com sinais negativos em relação ao ensino da língua, como França e Alemanha, garantindo, assim, a preservação e promoção da identidade portuguesa para as futuras gerações, proporcionando-lhes também maiores oportunidades económicas. É pois necessário integrar as questões do ensino da língua portuguesa nas agendas bilaterais entre Portugal e os países de acolhimento das nossas comunidades.
- **Colaboração Entre Ensino e Empresas:** Aumentar os acordos bilaterais na inclusão da língua portuguesa como língua estrangeira nas escolas dos países de acolhimento com base no cruzamento de dados sobre a presença de comunidades portuguesas e empresas desses países e regiões a investir em Portugal ou com essas intenções. Os Portugueses que já nasceram nos países de acolhimento veriam assim facilitada a aprendizagem do Português no seu contexto educativo regular e ainda aumentariam as oportunidades de empregabilidade nas empresas do país que têm relações comerciais com Portugal. Estreita colaboração entre os ministérios da economia (AICEP), da educação (na oferta de professores) e dos negócios estrangeiros é fundamental.
- **Reforço das Emissões Culturais e Mediáticas:** A RTP Internacional e as suas emissões de rádio devem ser reformuladas para abordar os interesses específicos das comunidades, garantindo uma conexão cultural contínua e relevante. Será necessário uma adaptação dos conteúdos para servirem não apenas como plataformas de entretenimento, mas também de informação e educação.
- **Valorização do Instituto Camões:** Reforçar as competências do Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para promover a língua e cultura portuguesa no estrangeiro. Esta medida é essencial para garantir que a língua portuguesa continue a ser uma língua viva e dinâmica no mundo.

6. Estabelecimento de Políticas Europeias para Expatriados:

- **Harmonização das Políticas Europeias:** Lutar por uma maior congruência na legislação europeia que afetem os emigrantes portugueses, garantindo direitos integrais e acesso a oportunidades num mercado comum. A União Europeia deve tratar cada cidadão integrante com total equidade, assegurando que nenhum seja deixado para trás.
- **Adoção de Identidade Digital Europeia:** Implementar a identidade digital como um passaporte essencial na garantia dos direitos dos cidadãos nos países de acolhimento, na mobilidade europeia segura e no acesso a serviços públicos. Esta medida não só oferece maior segurança digital e proteção de dados, mas avança também a eficiência administrativa intraeuropeia através de um acesso universal facilitado.

- Colaboração Interministerial: Promover uma colaboração interministerial mais alargada para garantir que as decisões tomadas, no plano legislativo, tenham em consideração as especificidades dos portugueses residentes no estrangeiro. Esta abordagem visa garantir que as políticas públicas a nível nacional e supranacional sejam eficazes e inclusivas.

Convidamos o partido a apoiar esta moção, comprometendo-se a trabalhar em conjunto para reforçar a ligação vital entre Portugal e suas comunidades no exterior. A implementação destas medidas permitirá que Portugal cresça como uma nação verdadeiramente global, alavancando as potencialidades das suas comunidades.

Esta é a hora de renovar o nosso compromisso com aqueles que, mesmo longe, continuam a sentir e a viver o espírito português. Juntos, podemos transformar as nossas comunidades em pilares de uma nova era de desenvolvimento social, cultural e económico para Portugal.

13 de Setembro de 2024,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Gonçalo Ramos Coutinho', written in a cursive style.

(Primeiro Subscritor)